

Estado. Segundo Fernando Pimentel, secretaria será a única que não vai sofrer com ajustes nas contas

Educação é poupada em corte

Governador garante que serviços de saúde e segurança não serão afetados

TÂMARA TEIXEIRA

O governador Fernando Pimentel (PT) anunciou oficialmente ontem o corte de R\$ 2 bilhões no Orçamento de 2016, que é de R\$ 92 bilhões. A informação havia sido adiantada com exclusividade por O TEMPO na edição do último sábado. Segundo Pimentel, a situação é "grave", mas "contornável". Os contingenciamentos foram diluídos em todas as secretarias. A única poupada foi a de Educação, que recebeu um adicional de R\$ 125 milhões para se adequar à exigência constitucional mínima de aplicação na área. O governo garantiu que, apesar dos ajustes, os serviços de educação, saúde e segurança não serão prejudicados.

"Estamos cortando basicamente custeio. O momento é muito grave, talvez a mais grave crise financeira que Minas enfrentou nestes últimos 30 anos", disse Pimentel. Segundo ele, a situação vai "exigir compreensão da população". O petista lembrou que o Estado vem registrando, ano a ano, déficit e que a situação se agravou de 2015 para 2016.

Com a redução nos gastos, o déficit do Estado, que era estimado em R\$ 8,9 bilhões, foi reduzido em R\$ 2 bilhões. O secretário de Planejamento e Gestão, Hélcio Magalhães, destacou que o corte é significativo, considerando as despesas discricionárias - as que o Estado tem poder de remanejamento e que passam pe-



Oficialmente, Pimentel anunciou ontem contingenciamento de R\$ 2 bilhões no Orçamento de 2016

los cofres do Executivo, somando R\$ 5,2 bilhões.

O governo não detalhou de onde exatamente o dinheiro será retirado de cada pasta. O secretário afirmou, por exemplo, que, no caso da segurança - que irá perder R\$ 360,3 milhões -, o serviço não será afetado. O valor será retirado do Instituto de Previdência dos Servidores Militares que, segundo Magalhães, é superavitário.

"Estamos contingenciando sem perda das pensões dos militares, do Hospital Militar, da assistência social e do serviço ambulatorial dos militares", disse ele.

O secretário afirmou que estão sendo tomadas outras medidas. Na segurança, citou o controle de combustível, de aluguel de carros e da despesa da máquina. "Estamos reduzindo mês após mês na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, usando menor quantidade de recurso para a mesma ação".

Na saúde, ainda de acordo com Magalhães, o mínimo constitucional de 12% da receita corrente líquida será respeitado.

Os R\$ 198,9 milhões que serão suprimidos, disse, sairão da expectativa de crescimento na receita do Fundo Estadual da Saúde em relação as transferências do governo federal. "Não tem contingenciamento do fundo, que é onde nós sustentamos a rede própria, Funed, Fhemig. Estamos garantindo as áreas de assistência, incluindo o controle do Aedes".

Oposição

Assembleia. O bloco Verdade Coerência, em nota, criticou o governo que "prometeu cortar na carne e enfiar a máquina pública e não o fez" e que "preferiu penalizar a população".

Educação Incremento não prevê piso nacional

A pasta da Educação foi a única que não sofreu corte. Ao contrário, recebeu mais R\$ 125 milhões, segundo o secretário da Fazenda, José Afonso Bicalho, foi para cumprir o mínimo de aplicação constitucional de 25% da receita corrente líquida na área.

Contudo, o incremento não inclui o aumento de 11,36% referente ao piso nacional que é negociado com os professores. Segundo o Estado, que havia prometido no ano passado pagar o piso, para conceder o reajuste, será preciso mais recursos que ainda não estão previstos no Orçamento. (TT)

O IMPACTO DOS CORTES

Ao todo, o Estado anunciou o contingenciamento de R\$ 2 bi

	ORÇAMENTO PREVISTO	AJUSTE
Reserva de contingência	R\$ 552,8 mi	R\$ 378,2 mi
Encargos gerais da Fazenda	R\$ 27,6 bi	R\$ 402,7 mi
Segurança	R\$ 373,2 bi	R\$ 380,3 mi
Desenvolvimento Urbano	R\$ 348,6 mi	R\$ 256,2 mi
Saúde	R\$ 8,3 bi	R\$ 198,9 mi
Transportes	R\$ 1,6 bi	R\$ 157,1 mi
Melo Ambiente	R\$ 467,6 mi	R\$ 129,2 mi
Planejamento e Gestão	R\$ 2,4 bi	R\$ 69 mi
Trabalho e Desenvolvimento Social	R\$ 194,1 mi	R\$ 52,2 mi
Cultura	R\$ 172,4 mi	R\$ 26,9 mi
Fazenda	R\$ 1,1 bi	R\$ 18,5 mi
Des. e Integração do Norte e Nordeste de Minas	R\$ 214,9 mi	R\$ 15,8 mi
Esportes	R\$ 45 mi	R\$ 9,6 mi
Agricultura	R\$ 565,2 mi	R\$ 9,5 mi
Direitos Humanos	R\$ 36,8 mi	R\$ 7,1 mi
Ciência e Tecnologia	R\$ 935,6 mi	R\$ 6,7 mi
Casa Civil	R\$ 73,9 mi	R\$ 5,5 mi
Desenvolvimento Agrário	R\$ 21,7 mi	R\$ 5,4 mi
Advocacia Geral	R\$ 962,8 mi	R\$ 5,2 mi
Turismo	R\$ 11,6 mi	R\$ 2,6 mi
Desenvolvimento Econômico	R\$ 48,1 mi	R\$ 2,4 mi
Controladoria Geral	R\$ 29,3 mi	R\$ 1,5 mi
Encargos gerais do Planejamento	R\$ 368,6 mi	R\$ 1,5 mi
Governo	R\$ 237,7 mi	R\$ 837,3 mi
Governadoria	R\$ 30,3 mi	R\$ 705 mi
Ouvidoria Geral	R\$ 6 mi	R\$ 518 mi
Educação	R\$ 9,6 bi	+R\$ 125 mi
Inativos	R\$ 9,6 bi	0
Outros Poderes (ALMG, TCE, TIMG)	R\$ 9,9 bi	0
Transferências a empresas	R\$ 97 mi	0
Total	R\$ 92 bi	-2 bi

